

apartes

NÚMERO 9 - AGOSTO/2014

Distribuição gratuita

Os rumos do passado e do futuro

Nos primeiros anos de São Paulo, vereadores bandeirantes definiram a direção que a então vila e o País deveriam tomar. Hoje, governantes e cidadãos apontam, com o Plano Diretor Estratégico, as diretrizes que a cidade deve seguir daqui para frente

Mesa Diretora

Presidente: José Américo (PT)
1º Vice-Presidente: Marta Costa (PSD)
2º Vice-Presidente: George Hato (PMDB)
1º Secretário: Claudinho de Souza (PSDB)
2º Secretário: Conte Lopes (PTB)
1º Suplente: Gilson Barreto (PSDB)
2º Suplente: Dalton Silvano (PV)
Corregedora: Sandra Tadeu (Democratas)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV) - suplente em exercício, Adilson Amadeu (PTB), Alfredinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR) - licenciado, Ari Friedenbach (PROS), Arselino Tatto (PT), Atilio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Celso Jatene (PTB) - licenciado, Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Coronel Camilo (PSD) - suplente em exercício, Coronel Telhada (PSDB), Dalton Silvano (PV), David Soares (PSD), Donato (PT), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), Floriano Pesaro (PSDB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Goulart (PSD), Jair Tatto (PT), Jean Madeira (PRB), José Américo (PT), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Marco Aurélio Cunha (PSD), Mario Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB) - suplente em exercício, Marta Costa (PSD), Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT), Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Netinho de Paula (PCdoB), Noemi Nonato (PROS), Ota (PROS), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Pr. Edemilson Chaves (PP), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PV) - licenciado, Ricardo Young (PPS), Roberto Tripoli (PV), Rubens Calvo (PMDB), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Vavá (PT)

Expediente

Editor executivo: José Carlos Teixeira de Camargo Filho
Elaboração: CCI.3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Supervisora: Maria Isabel Lopes Correa
Editor: Sândor Vasconcelos
Editora assistente: Gisele Machado
Repórteres: Fausto Salvadori Filho, Rodrigo Garcia
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência,
Diretoria de Comunicação Externa
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes,
Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha, Marcelo Ximenez
Edição e arte: Elton Jhones Pereira e Rogério Alves
Estagiários: Hugo Ramallo, Pedro Santana, Raphaela de Oliveira
Equipe executiva e de expedição: Leandro Uliam, Leonardo Pedrazzoli,
Livia Tamashiro
Unidades de apoio: Procuradoria, Secretaria de Documentação - SGP.3,
Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: Montagem - *Planta da Imperial Cidade de São Paulo* (1810)
e imagem de satélite da região central da cidade de São Paulo (Google-2014)

Revista Apartes - Palácio Anchieta

Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01319-900
Tel.: (11) 3396-4206 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br

Tiragem: 10.000 exemplares
Fechamento desta edição: 28/8/2014

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente,
preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Vereador José Américo
Presidente da CMSP

*Sua opinião é
muito importante para a
construção deste veículo
de comunicação pública*

Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)

Visite:
www.camara.sp.gov.br

apartes

No final de junho, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) encerrou o trabalho que, certamente, é o mais importante desta Legislatura: o Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo. Mais do que organizar e planejar uma cidade melhor para todos, o PDE traça metas e direções para os próximos anos. Por isso, é uma grande satisfação para este Legislativo ter contribuído para deixar um legado positivo às gerações futuras.

A tarefa, nada fácil, teve a participação decisiva dos maiores especialistas em São Paulo, o povo paulistano. Para chegar ao texto final, foram 62 audiências públicas em todas as regiões da capital, das quais participaram em torno de 6 mil cidadãos. Colaborações foram enviadas pela internet e sugestões propostas pelos vereadores, em forma de emendas. Enfim, um trabalho coletivo em prol da cidade. Os principais pontos do PDE, ilustrados em infográficos e tabelas, estão na reportagem *Uma nova direção para São Paulo*.

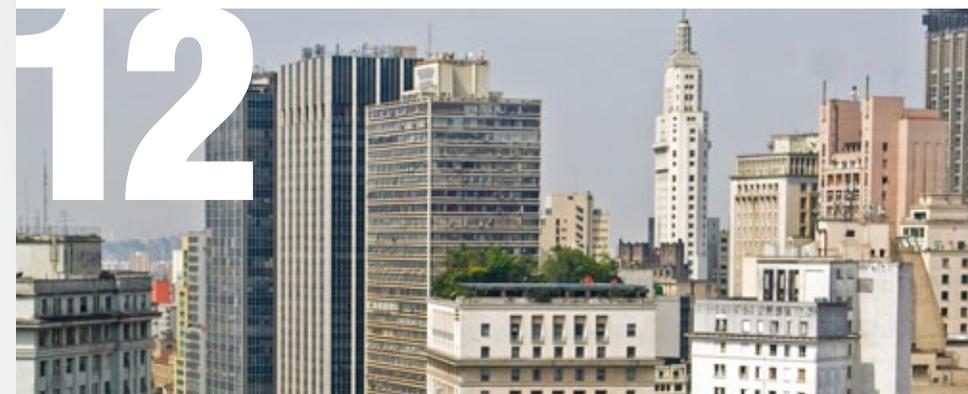
Se o Plano Diretor aponta as diretrizes que queremos seguir daqui para frente, esta edição também traz um resgate da trajetória de homens que, no passado, decidiram os rumos que a cidade e o País deveriam seguir. Em *Eles desbravavam o sertão e faziam leis*, contamos a história de bandeirantes que também foram vereadores em São Paulo. Considerados heróis por uns e assassinos por outros, figuras históricas como Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes não só definiram os limites territoriais do Brasil, comandando importantes bandeiras, como também tiveram a incumbência de elaborar e garantir a aplicação das leis municipais, fiscalizar obras, zelar pela segurança e pelo patrimônio público e inúmeras outras tarefas que cabiam aos legisladores.

A revista **Apartes** presta ainda uma homenagem a Antônio Donoso Vidal, um legítimo representante do povo que teve seu mandato de vereador nesta Casa encerrado antes mesmo de começar, por força de uma decisão arbitrária do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 1947. Donoso, comunista parceiro de Luís Carlos Prestes e aguerido defensor de operários, mulheres e crianças, teve uma vida toda dedicada à luta contra as injustiças e a brutalidade de governos autoritários. Esteve preso por diversas vezes e em uma delas quase foi morto a coronhadas no presídio do Maria Zélia, num episódio pouco conhecido da história brasileira. No fim da vida, aposentado por invalidez, dedicava-se principalmente à família, sem deixar de lado os seus ideais. Faleceu em 1987 e, neste ano, a CMSP restituiu simbolicamente seu mandato. Sua bela história está na reportagem *Luta de foice, martelo e palavras*.

Uma ótima leitura a todos!



Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br



SUMÁRIO

- 3 Palavra do Presidente**
- 6 Notas**
- 8 Cidadania**
Projetos que mudam vidas
- 12 PDE**
Uma nova direção para São Paulo
- 26 História**
Eles desbravavam o sertão e faziam leis
- 34 Perfil**
Donoso Vidal - Luta de foice, martelo e palavras



Contratos entre Prefeitura e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo serão investigados

Edson Lopes/RAZ/Imagem

Câmara instala CPI da Sabesp

A Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) instalou, em 6 de agosto, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), que investigará os contratos da autarquia com a Prefeitura de São Paulo. Os trabalhos durarão 120 dias.

“Pretendemos investigar o atual contrato de prestação de serviços entre a Sabesp e o governo de São Paulo porque entendemos que ele não está sendo cumprido”, comentou o vereador Laércio Benko (PHS), presidente da CPI e autor do requerimento que propôs a comissão.

O vereador Andrea Matarazzo (PSDB) disse que a criação da CPI não tem fundamento, já que os contratos da Sabesp são públicos. “Esta CPI é um barulho político, há um interesse eleitoral por trás”, declarou.

Com informações do portal www.camara.sp.gov.br

Apartes é tema de trabalho acadêmico

A revista **Apartes** foi tema da monografia *Democracia, comunicação e participação*, elaborada pelo jornalista Wildnei Teodoro e apresentada como trabalho de conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* em assessoria parlamentar e capacitação política, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp).

O trabalho, segundo Teodoro, aborda a crise da democracia representativa e avalia a comunicação política predominante nos dias atuais. O autor buscou, então, um veículo que atendesse “às exigências de uma democracia mais participativa e inclusiva, com melhor diálogo entre representantes e representados”.

Ainda de acordo com Teodoro, a **Apartes** é um veículo que contribui para a relação entre cidadãos e governantes. “Seu discurso horizontal, sua abordagem informacional não ideológica de temas políticos do Legislativo paulistano, suas pautas próximas do dia a dia dos cidadãos, sua disposição ao diálogo são pontos que condizem com uma comunicação política responsável, incentivadora da participação e identificada com a priorização do interesse público”, finaliza. Em breve, a monografia estará disponível na biblioteca da Fundação.



Site especial traz as propostas e a agenda das audiências públicas

Site da Câmara recebe sugestões para o PME

Está no ar o site especial com informações sobre o Plano Municipal de Educação (PME), atualmente em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo. As páginas, acessíveis em <http://pme.camara.sp.gov.br>, contêm informações sobre a formulação da lei e a agenda das audiências públicas marcadas para debater o projeto.

O Plano, que traça as metas e estratégias para a rede municipal de ensino nos próximos dez anos, está sob análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da CMSP. O relator do PME é o vereador Toninho Vespoli (PSOL).

Reconhecimento a delegados aposentados

No dia 18 de agosto, ocorreu a sessão solene em homenagem aos delegados de Polícia Civil aposentados, evento instituído pela Resolução 2/2005, do vereador licenciado Celso Jatene (PTB). Em 2014, 25 ex-delegados receberam a láurea de prata por “relevantes serviços prestados à Polícia Civil do Estado de São Paulo”.

Os nomes dos contemplados são definidos pela Delegacia Geral de Polícia, pela Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo e pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo.

Confira os homenageados deste ano:

Anisio Mathias dos Santos	Manlio de Cunto
Antonio Abissamra Neto	Marco Antonio Cicone
Augusto Farias	Margarida Brasileira M. Amendola
Carlos Eduardo de Vasconcelos	Mario Tadeu Paes
Claudio Rosin	Moizes Marcio Mendes
Edson Sartori	Nivaldo da Silva Santos
Edvaldo Faria	Nivaldo Pereira de Oliveira
Fernando Cesar Costa de Oliveira	Orivaldo Baptista Sobrinho
Gilberto Carlos Fernandes	Rubergil Violante
João Gilberto Pacifico	Sergio Iraci de Oliveira Guerra
Joaquim de Azevedo Lemos	Ubiracyr Pires da Silva
José Carlos Sanches Bueno	Zilah Pereira de Abreu
José Carlos Soares	



Marcelo Ximenes/CMSP

Homenageados recebem láurea de prata em Sessão Solene



Reitor da USP, Marco Antonio Zago nega risco para alunos do Campus Leste

Fábio Lazari/CUSP

Comissão que investiga áreas contaminadas é prorrogada

Os vereadores prorrogaram, por 120 dias, a CPI que investiga denúncias sobre áreas contaminadas na cidade de São Paulo. Com isso, a comissão ficará em atividade até janeiro. O relator da CPI, vereador Aurélio Nomura (PSDB), explicou os motivos que levaram à prorrogação. “Vários fatores contribuíram para retardar os trabalhos da CPI, por exemplo, a Copa do Mundo e o debate do Plano Diretor Estratégico”, argumentou. Instalada em abril, inicialmente a comissão encerraria as investigações em 5 de setembro.

No dia 12 de agosto, os vereadores ouviram o reitor da Universidade de São Paulo (USP), Marco Antonio Zago, sobre a existência de terras que estariam contaminadas no Campus Leste. Segundo ele, não há provas suficientes a respeito disso. Zago declarou também que não há risco para os 4.700 estudantes da unidade.

ERRATA

Na reportagem *Passagem para o sossego*, publicada na edição passada, está incorreta a lista de vereadores proponentes do Projeto de Lei (PL) 10/2014, que pretende transformar o Elevado Costa e Silva no Parque Minhocão. Os nomes corretos são: José Police Neto (PSD), Nabil Bonduki (PT), Toninho Vespoli (PSOL), Ricardo Young (PPS), Goulart (PSD), Natalini (PV), Aurélio Nomura (PSDB) e George Hato (PMDB).



Projetos que mudam vidas

Prêmio Chico Xavier reconheceu 21 iniciativas humanitárias neste ano

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

CIDADÃOS
Homenageados e beneficiados pelos projetos vencedores assistem à cerimônia de premiação



Homenageados
2014

Associação de Assistência à Criança Cardíopata Pequenos Corações
Indicação: Eliseu Gabriel (PSB)

Associação Koinonia de Obras Sociais
Indicação: Ota (PROS)

Casa de Caridade Mensageiros da Esperança
Indicação: George Hato (PMDB)

Celeste Aida Forneris Marques Costa
Indicação: Conte Lopes (PTB)

Centro de Convivência Infância-Juventude Thomaz Gouveia Netto
Indicação: Vavá (PT)

Centro de Educação Social Força da Mulher
Indicação: Ari Friedenbach (PROS)

Centro Espírita Jesus Redivivo
Indicação: Laércio Benko (PHS)

Centro Espírita Nosso Lar - Casas André Luiz
Indicação: Calvo (PMDB)

Escola Estadual Buenos Aires
Indicação: Marquito (PTB)

Franklin Felix
Indicação: Floriano Pesaro (PSDB)

Grupo Socorrista Irmão Alberto
Indicação: Mario Covas Neto (PSDB)

Instituto Brasileiro de Golfe e Turismo / Snag Golf Brasil
Indicação: Marcos Belizário (suplente pelo PV)

Instituto das Pessoas com Deficiência da Anhanguera
Indicação: Senival Moura (PT)

Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves
Indicação: Marco Aurélio Cunha (PSD)

Instituto Mara Gabrielli
Indicação: Andrea Matarazzo (PSDB)

Luiz Mauro Cardoso
Indicação: Gilson Barreto (PSDB)

Núcleo de Promoção Social Venha Conosco
Indicação: Arselino Tatto (PT)

Oficina Profissionalizante Clube de Mães do Brasil
Indicação: Ricardo Young (PPS)

Recanto de Interlagos
Indicação: Ricardo Nunes (PMDB)

Sociedade Beneficente Equilíbrio de Interlagos
Indicação: Goulart (PSD)

União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social
Indicação: Natalini (PV)

No dia 11 de junho, a publicação de uma portaria do Ministério da Saúde trouxe a promessa de ajudar pequenos brasileiros com doenças cardíacas. Na data, o governo incorporou o teste do coraçãozinho à triagem neonatal do Sistema Único de Saúde (SUS), para detectar cardiopatias graves que, sem diagnóstico, podem levar à morte ainda no primeiro mês de vida do bebê. O pontapé inicial dessa conquista foi dado na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP).

“O interessante é que começou aqui, na Câmara Municipal, que lançou a ideia em forma de projeto de lei (PL) pela primeira vez no Brasil”, diz Maria Adriana Rebordões, uma das fundadoras e presidenta da Associação de Assistência à Criança Cardíopata Pequenos Corações. Ela, que perdeu um filho com cardiopatia em 2009, conta ter escrito uma proposta de PL com a ajuda de médicos e apresentado ao vereador Eliseu Gabriel (PSB). O parlamentar transfor-

mou a sugestão no PL 436/2011, que obriga a realização do exame de oximetria de pulso para detectar cardiopatia congênita nos nascidos em maternidades da cidade de São Paulo.

O projeto, segundo Maria Adriana, foi replicado em diversas casas legislativas pelo País até ser

incorporado pelo Ministério da Saúde. Para Eliseu Gabriel, a sociedade civil organizada se fortalece ao atuar nos parlamentos. “O texto foi aprovado em várias cidades graças à militância”, diz. Para estimular parcerias como essa, a CMSP instituiu, pela Resolução 8/2013, o Prêmio Chico Xavier de Reco-

nhecimento Humanitário, entregue pela primeira vez em 30 de junho passado. A entidade de Maria Adriana foi uma das premiadas.

A honraria, idealizada pelo vereador Calvo (PMDB), é destinada a pessoas ou entidades com destaque em ações solidárias, de estímulo à elevação espiritual e à harmo-

nia entre os indivíduos. O nome do prêmio é uma homenagem a Francisco Cândido Xavier, propagador da filosofia espírita, indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 1981. Na época, 2 mil obras sociais haviam sido fundadas ou eram mantidas com o apoio do médium mineiro (veja box na página ao lado).

Cada vereador pode indicar um homenageado por ano. Um grupo

composto por membros de cinco comissões permanentes da CMSP avalia se os projetos concorrentes se enquadram no foco da premiação, se apresentam soluções inovadoras e criativas, se propiciam melhoria de vida aos atendidos e têm efeito multiplicador. “Queremos a Câmara mais perto da população, estimulando os bons”, diz Calvo, cujo homenageado foi o Centro

Espírita Nosso Lar - Casas André Luiz, que oferece 2 mil atendimentos gratuitos por mês a pessoas com deficiência intelectual. A entidade abriga outras 600 pessoas em sua unidade de longa permanência, dedicada aos que precisam de cuidados por toda a vida. O local é hoje “um centro médico, de pesquisa, reconhecido mundialmente”, diz o parlamentar.



VITÓRIA • À direita, Maria Adriana Rebordões, da premiada Associação Pequenos Corações



IDEALIZADOR • Calvo, à esquerda, entrega diploma de reconhecimento a representantes do Centro Espírita Nosso Lar



EDUCAÇÃO • Ari Friedenbach se emocionou com o trabalho feito nas periferias pelo Centro Força da Mulher, representado por Ana Gomes



MÃE • A homenageada Maria Eulina, da Oficina Clube de Mães, com Ricardo Young

Paulistano honorário e candidato ao Nobel

Francisco de Paula Cândido nasceu em 2 de abril de 1910, na cidade de Pedro Leopoldo, interior de Minas Gerais. Em 1966, mudou oficialmente seu nome para Francisco Cândido Xavier. Sua primeira obra psicografada foi publicada em 1932, a coletânea *Parnaso de além-túmulo*.



CARIDADE • O médium foi indicado ao Nobel da Paz em 1981, em campanha apoiada por 2 milhões de pessoas

Quarenta anos depois da estreia de Chico como escritor, a CMSP concedeu a ele o Título de Cidadão Paulistano. Em um vídeo da época, a reportagem da *TV Tupi* descreve que a entrega da honraria, ocorrida em maio de 1973 no ginásio do Pacaembu, foi acompanhada por uma “pequena multidão” formada por autoridades federais, estaduais e municipais, representantes de pelo menos 300 entidades espíritas do Brasil e admiradores.



PAULISTANO
Título de Cidadão foi concedido a Chico Xavier em 1972 e a entrega ocorreu no ano seguinte

Em 1981, uma campanha nacional apoiada por 2 milhões de pessoas indicou Chico Xavier ao Prêmio Nobel da Paz, com o respaldo das 2 mil obras sociais fundadas ou mantidas com o seu suporte. “Ajude e será ajudado”, dizia o médium.

Até a morte, em 30 de junho de 2002 na cidade mineira de Uberaba, Chico havia psicografado mais de 400 livros, traduzidos para vários idiomas e com vendas acima de 25 milhões de exemplares. Toda a renda foi repassada a instituições de caridade, com registro em cartório. Sempre recusou, também, o pagamento pelos atendimentos mediúnicos. Começou a trabalhar aos nove anos, como tecelão. De 1935 até a aposentadoria, sustentou-se com o salário de escrevente-datilógrafo do Ministério da Agricultura.

Fonte: Biografia *As vidas de Chico Xavier*, de Marcel Souto Maior

Além de Calvo, assinaram a proposta de criação do prêmio Arselino Tatto (PT), Eliseu Gabriel (PSB), Milton Leite (Democratas), Paulo Frange (PTB) e Antonio Carlos Rodrigues (PR - licenciado), além dos ex-vereadores Alcides Amazonas, Domingos Dissei,

Farhat, Havanir Nimtz, José Mentor, Raul Cortez, Ricardo Montoro e Wadih Mutran.

Na primeira edição, o Prêmio Chico Xavier homenageou 21 iniciativas. Entre elas, a Oficina Profissionalizante Clube de Mães do Brasil, presidida por Maria Eulina.

Ela conta que a entidade dá tratamento a dependentes químicos e os emprega em atividades de reciclagem no Mercado Municipal: “Eles têm documento, conta bancária, já não moram mais nas ruas nem em albergues. Estão contribuindo com o Estado”.

Uma nova direção para São Paulo

Plano Diretor traz a receita de uma São Paulo com qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. Desafio é tirá-lo do papel

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Ao fim de um processo de intenso debate, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) aprovou o Plano Diretor Estratégico (PDE), instrumento que pretende melhorar a vida dos paulistanos. A criação do PDE começou com um projeto de lei elaborado pelo Executivo e enviado à Câmara, que produziu um substitutivo em parceria com os maiores especialistas em São Paulo: seus moradores.

Para chegar ao texto definitivo, os vereadores realizaram 62 audiências públicas, que reuniram cerca de 6 mil participantes no total, além de contribuições enviadas pelo portal da Casa. No total, foram 2.200 sugestões, incluindo 1.200 propostas apresentadas nas audiências, 500 documentos protocolados e 531 propostas transmitidas pela internet.

Aprovado em 30 de junho, com 44 votos a favor e 8 contrários (3 vereadores não votaram), o Plano Diretor (Lei 16.050/2014) foi sancionado pelo prefeito



ABERTURA
População debate o PDE em audiências públicas desde 2013

Fernando Haddad (PT) em 31 de julho. Durante a cerimônia de sanção, o texto da lei foi elogiado pelo diretor regional do Escritório para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), Elkin Velásquez. Segundo ele, por usar o adensamento como uma oportunidade de reorganização do espaço, o PDE paulistano é um exemplo para outras metrópoles do mundo.

A lei apresenta uma série de objetivos que a administração municipal deve alcançar até 2029. As outras leis que planejam a cidade (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), além do Plano de Metas, têm de seguir as diretrizes e prioridades do Plano Diretor. “É a mais importante lei urbanística da cidade de São Paulo”, explica o presidente da Casa, vereador José Américo (PT). Uma revisão do atual PDE está marcada para 2021.

Mesmo quem votou contra o novo plano reconhece os avanços com relação ao anterior, em vigor desde janeiro de 2003. As novidades da lei aprovada são muitas, entre elas a criação de uma zona rural paulistana,

Eixos de transporte coletivo

Apartamentos com até 80 m²

Uma vaga de garagem por apartamento (quem construir mais pagará valor adicional)

Sem muros

Calçadas largas, com pelo menos 3 m (5 m nos corredores de ônibus)

Fachadas ativas, com comércio no térreo

Objetivo é aproximar moradia e emprego e fazer paulistano trocar carro por transporte público

Mais gente morando perto das linhas de trem e metrô e dos corredores de ônibus

Empresas podem construir prédios com até 4 vezes a área do terreno sem custo adicional

Miolo dos bairros

Desestímulo à verticalização

Prédios podem ter no máximo 8 andares além do térreo

Regra não vale para quadras em que mais de 50% dos prédios já ultrapassam os 8 andares

A CIDADE DO PLANO DIRETOR

a ampliação das áreas destinadas à moradia de baixa renda, a implantação de um polo de economia criativa e o estímulo à construção de prédios sem muros, integrados à cidade e com comércio no térreo (a chamada fachada ativa), ao longo das principais vias de transporte.

Segundo o arquiteto e urbanista Valter Caldana, diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (veja entrevista na pág. 22), a nova lei busca reverter uma tendência de urbanização adotada pelas gestões municipais a partir dos

anos 70, que resultou na população pobre espalhada por moradias precárias nas periferias e os mais ricos trancafiados em condomínios de muros altos, além de transporte vagaroso e meio ambiente devastado. O que se pretende agora é uma São Paulo compacta e misturada.

“Esse plano resgata e atualiza a tradição histórica, das galerias e das calçadas largas, que rompeu preconceitos e incorporou imigrantes”, afirma Caldana.

Na elaboração da lei, a participação popular foi ampla, como prevê o Estatuto da Cidade. “Estou

no meu quinto mandato e nunca vi um processo de trabalho legislativo com essa intensidade”, afirma o vereador Paulo Frange (PTB). Além das milhares de contribuições enviadas por meio das audiências públicas e da internet, o envolvimento também ocorreu em forma

de manifestações, a principal delas organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Dezenas de militantes passaram uma semana acampados na rua diante do Palácio Anchieta, sede da CMSP, com batuque, buzinas, faixas e palavras de ordem, e

ENTREVISTA | Nabil Bonduki

O vereador foi relator do projeto de lei do Plano Diretor Estratégico em 2002 e em 2014

Como compara a participação popular e dos vereadores no PDE de 2002 e no atual?

Este teve uma participação muito maior. A Câmara fez um trabalho importante de divulgar as audiências públicas na televisão, no rádio, nos jornais. Tivemos um calendário mais amplo. Também tivemos mais transparência. Os substitutivos e as emendas foram publicados previamente e houve audiências públicas sobre eles.

Quais são os avanços em relação ao de 2002?

O atual tem mais instrumentos autoaplicáveis, que vão começar a valer imediatamente, não precisam de uma nova lei para regulamentar. Tem instrumentos inovadores. Por exemplo, o pagamento de serviços ambientais e a cota de solidariedade. Outro avanço grande é o coeficiente básico 1 para a cidade inteira, que se conseguiu apenas parcialmente em 2002. Significa que todos os empreendimentos que ocuparem mais do que uma vez os terrenos pagarão outorga onerosa, ou seja, vão contribuir financeiramente para a qualificação da cidade.

só saíram após a Câmara aprovar o projeto em segunda votação.

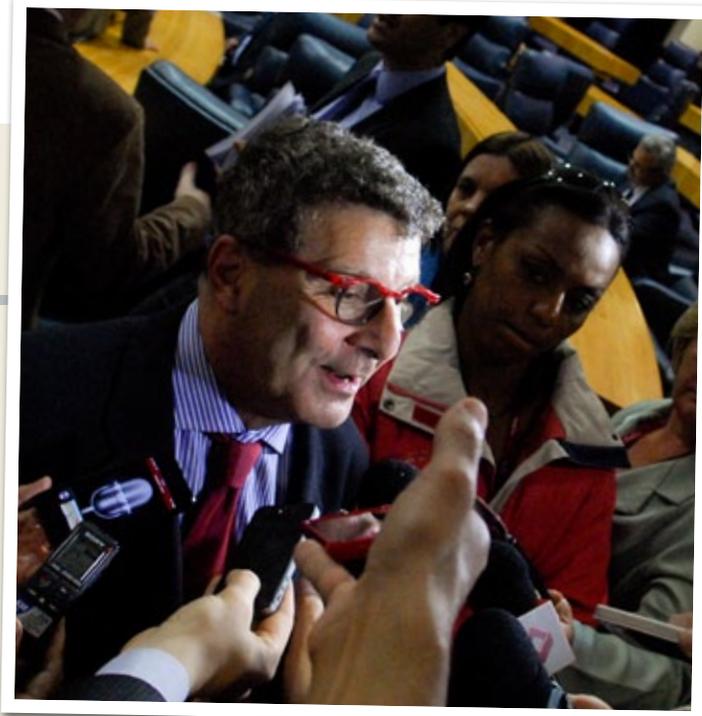
A pressão dos sem-teto foi criticada por alguns vereadores. “Não tem cabimento o Palácio Anchieta ter o seu símbolo, *non ducor duco* (não sou conduzido, conduzo), alterado por um movimento que não

tem o menor respeito pela democracia brasileira”, afirmou Fláudio Pesaró (PSDB). Por outro lado, Toninho Vespoli (PSOL) disse que o movimento fez “pressão democrática e de cara limpa”. Segundo ele, “os grupos empresariais não precisam acampar na frente da Câ-

mara, pois conseguem fazer lobby por outros meios”.

CRESCER PARA DENTRO

O ponto de partida da nova lei é o diagnóstico de que São Paulo não pode mais se expandir horizontalmente, em direção aos bairros,



Guilherme G. Castro/MSF

O ponto central deste PDE é o adensamento nos eixos de transporte. Por quê?

Uma das grandes questões, que está colocada como objetivo do Plano Diretor, é fazer com que haja uma migração do transporte individual para o coletivo, com ampliação de sua capacidade. A implementação do projeto vai exigir muito trabalho da Prefeitura, do Estado e do governo federal. Isso é muito importante para viabilizar os objetivos. Se não conseguirmos colocar em prática as propostas, não adianta planejar.

Há instrumentos para criar outras centralidades?

O Plano está propondo uma grande nova centralidade, a chamada Macroárea de Estruturação Urbana. Essa ma-

“

Se não colocar em prática, não adianta planejar”

crozona cria não só outras centralidades nas áreas periféricas, principalmente na Jacu-Pêssego, na região noroeste e na zona sul, como também tem uma espécie de arco em torno do centro expandido, com o objetivo de criar uma reestruturação urbanística em áreas com baixo nível de ocupação do solo.

Como a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo e dos planos regionais complementam o PDE?

O Plano Diretor já estabeleceu o esqueleto de um zoneamento, ao definir coeficiente 4 para os eixos de adensamento e limite de coeficiente 2 para os miolos dos bairros. A Lei de Uso e Ocupação do Solo vai definir os demais índices urbanísticos e a volumetria dos edifícios, os recuos e os usos permitidos. É um instrumento absolutamente fundamental para a cidade. Os planos regionais definem como o PDE se articula no território, numa escala de subprefeitura, e os planos de bairro numa escala menor. A Lei de Uso e Ocupação do Solo deve ser discutida na Câmara no primeiro semestre do ano que vem. A discussão sobre os planos regionais vai depender da Prefeitura.

como ocorreu nas últimas décadas. Ao crescer para os lados, a cidade devastou o meio ambiente, principalmente áreas de manancial localizadas na região sul. Também produziu periferias muito distantes, o que obriga moradores a gastar muitas horas para chegar ao trabalho.

O caminho, então, é crescer para dentro. Para isso, a lei incentiva o mercado imobiliário a construir pré-

diários mais altos em torno dos chamados “eixos de transporte coletivo de massa”: corredores de ônibus e linhas de trem, metrô e monotrilho. Além de aproximar emprego e moradia, pretende-se estimular o paulistano a trocar o carro pelo transporte público. Para reforçar esse objetivo, outra medida determina que prédios construídos perto dos eixos podem ter no máximo uma vaga de garagem por apartamento. Os empreendimentos que construírem mais vagas devem pagar à Prefeitura pela diferença.

Para fomentar o adensamento populacional nos eixos de transporte coletivo, o plano deu a essas regiões um coeficiente de aproveitamento básico 4. Isso significa que os empreendedores podem construir imóveis com até quatro vezes o tamanho do lote nesses locais, sem pagar à Prefeitura por isso (em um terreno de 200 m², por exemplo, é possível construir um imóvel de até 800 m² sem custos extras).

No restante da cidade, o coeficiente básico é 1. Para construir acima desse índice, os empresários precisam pagar à Prefeitura uma taxa conhecida como outorga onerosa, que financia o Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb). “É a primeira vez, no Brasil, que uma cidade adota o coeficiente 1, ou seja, transforma todo o espaço construído acima da área do terreno em uma propriedade do Poder Público, que deve ser concedida”, afirma o vereador Nabil Bonduki (PT), relator do PL do Plano Diretor (veja entrevista na pág. 16).

Segundo Bonduki, o incremento da outorga onerosa vai ajudar os moradores mais carentes da cidade, já que 30% dos recursos do Fundurb são destinados à compra de terrenos nas Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), destinadas à moradia de baixa renda. “Só adianta ter Zeis se houver recursos para comprar as terras e produzir habitação”, explica o vereador. Essas zonas especiais previstas no novo PDE somam 37 km², mais do que o dobro em relação ao anterior, 17 km². Outra ferramenta de incentivo à moradia dos mais pobres é a cota de solidariedade, pela qual os empresários responsáveis por empreendimento com mais de 20 mil m² construídos devem destinar 10% da área para habitações de interesse social, ou pagar um valor equivalente ao Fundurb.



PLENÁRIO • Na Câmara, paulistanos acompanham sessão em que vereadores discutem o Plano Diretor

A localização das Zeis, a maioria em regiões periféricas, foi criticada pelo vereador José Police Neto (PSD). “A distribuição dessas zonas no território apontaram para cada vez mais oferecer terrenos distantes”, afirmou. “O plano prefere empurrar a população para a mais longínqua periferia, onde teremos de investir para levar sistemas de transporte, saúde, educação”. O relator da lei, Nabil Bonduki, rebate dizendo que a localização das áreas destinadas aos mais pobres melhorou em relação ao plano anterior: “Algumas das



PROTESTO • Diante do Palácio Anchieta, manifestantes do MTST pedem aprovação do PDE

ENTREVISTA | Andrea Matarazzo

O vereador preside a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que analisou o Plano Diretor, e votou contra a versão final do projeto

Quais os avanços e as imperfeições do plano aprovado?

Avanços foram muitos: a realocação das áreas rurais, a ratificação da permanência de áreas estritamente residenciais como pulmão da cidade e a criação dos distritos criativos. Por outro lado, um retrocesso é a fixação dos eixos de transporte como base para adensamento da cidade de forma uniformizada, quando São Paulo é muito diferente em suas regiões. Ao definir o coeficiente 4 para todos esses locais, sem fazer estudos da capacidade de infraestrutura, há o risco de colocá-los em colapso.

O argumento é aproximar moradia e emprego.

Isso não é um problema, pelo contrário, é uma boa medida. Mas o que as pessoas querem também é que se criem outras centralidades. Quem mora em Itaquera não quer mudar para ficar perto do emprego. Ele quer que tenha emprego próximo. Eu também sou favorável que se adensem eventualmente os eixos, mas teria que passar isso para os Planos Regionais, na Lei de Uso e Ocupação do Solo. Aí, sim, você estudaria cada região e faria o adensamento onde coubesse.

Essas questões podem ser aprimoradas com os planos regionais?

Sem dúvida. Por outro lado, podem criar problemas irreversíveis, como adensar áreas onde não tem nenhuma infraestrutura para que isso aconteça. É um plano que era muito ruim quando chegou à Câmara, criado por quem não conhece a cidade. A Câmara trabalhou muito. Os vereadores e a população, que conhecem as prioridades de cada lugar, foram ouvidos. De certa forma, algumas solicitações foram atendidas.



Equipe de Eventos/CMSP

“

O plano pode colocar algumas regiões em colapso”

Quais as contribuições dos vereadores e da população ao plano?

Imensas, como a mudança nos traçados de alguns corredores de ônibus, que afetavam dramaticamente o comércio e não beneficiavam a população. O Executivo, com exceção da questão dos eixos de transporte serem adensados de forma uniforme, recebeu sugestões e não politizou o Plano Diretor, a não ser no finalzinho, quando o prefeito mandou esse pessoal do MTST pressionar a Câmara a votar. Isso foi uma pena, porque o PDE não tem que ser votado sob pressão. E faltou um instrumento moderníssimo: prever que áreas invadidas fiquem de fora de qualquer plano de habitação, de forma a não estimular invasões. Moradia não é uma questão para ser resolvida com plano diretor. A quantidade de Zeis é imensa. O que falta é dar prioridade à construção de habitação popular.

Cidade Planejada

O PDE cria polos de desenvolvimento econômico, de economia criativa e parques tecnológicos

Polo Noroeste

Entorno da Av. Raimundo Pereira de Magalhães e da Rodovia Anhanguera

- Instalar empresas
- Aproximar emprego e moradia

Polo de Economia Criativa Sé-República

- Estimular atividades ligadas à cultura
- Iniciativa pode servir de modelo para a implementação em outras regiões

Parque Tecnológico Leste

Próximo às av. Itaquerã e Jacu-Pêssego

- Instalar complexos tecnológicos

Parque Tecnológico Jaguaré

- Instalar complexos tecnológicos

Polo Leste

Inclui Av. Jacu-Pêssego, Belenzinho, Penha e início da Rodovia Fernão Dias

- Atrair empresas
- Aproximar emprego e moradia

Polo Sul

Engloba extensão da Berrini e ligação do ABC com zona sul

- Atrair empresas
- Aproximar emprego e moradia

Polo de Desenvolvimento Rural Sustentável

- Gerar empregos na zona rural
- Combinar agricultura e atividades sustentáveis, como ecoturismo

O Plano divide a cidade nas seguintes macroáreas e propõe metas:

Estruturação Metropolitana

Perto das principais vias de transporte

- Estimular prédios mais altos
- Concentrar moradia e emprego

Urbanização Consolidada

Zona rica e com infraestrutura

- Manter residências e áreas verdes
- Estimular adensamento em algumas vias

Qualificação da Urbanização

Mistura de prédios e casas

- Estimular transporte coletivo e bicicleta
- Estimular construções para baixa renda

Redução da Vulnerabilidade Urbana

Áreas precárias e irregulares

- Promover urbanização e regularização fundiária
- Promover a recuperação ambiental

Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental

Áreas precárias em regiões de manancial

- Melhorar condições para pessoas e ambiente
- Promover o saneamento ambiental

Controle e Qualificação Urbana e Ambiental

Áreas vazias ou subutilizadas

- Permitir ocupação com respeito ao ambiente
- Conter ocupações irregulares e apoiar agricultura

Contenção Urbana e Uso Sustentável

Áreas de proteção a mananciais

- Conter urbanização
- Proteger áreas indígenas

Preservação dos Ecossistemas

Área com ambiente preservado

- Manter as condições naturais
- Estimular pesquisa e turismo ambiental

Zeis são mais periféricas, mas quase a metade delas está bem localizada na cidade, ao longo dos eixos do centro”.

PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL

O Plano Diretor pretende fazer o verde avançar sobre o cinza paulistano, com a implantação de 168 parques, financiada por um Fundo Municipal de Parques. Outra medida em benefício do meio ambiente é a recriação de uma zona rural paulistana, correspondente a um quarto do território da cidade, a maior parte na zona sul. O objetivo é impedir o avanço urbano sobre as áreas de proteção a mananciais de água.

Para isso, o PDE prevê remuneração para proprietários que preservarem áreas verdes importantes em suas terras, como os remanescentes da mata atlântica e o entorno das nascentes. O mesmo pagamento também vale para os produtores que adotarem a agricultura orgânica. Dessa forma, em vez de um estorvo para seus proprietários, as áreas de preservação se transformam em oportunidades econômicas.

A cultura também ganhou espaço na cidade imaginada pela nova lei, com a criação de distritos criativos, em que o poder municipal concede incentivos fiscais para atividades ligadas à economia criativa. A ideia será testada inicialmente em um Polo de Economia Criativa a ser implantado nos bairros Sé e República. “Depois a ideia pode ser estendida para outras subprefeituras que também tenham essa vocação”, afirma o vereador Andrea Matarazzo (PSDB). Autor da ideia, o parlamentar é presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que analisou o projeto do Plano Diretor (veja entrevista na pág. 19).

Apesar de presidir a comissão, Matarazzo votou contra a versão final da lei. Para ele e outros vereadores contrários ao texto do novo plano, uma das principais falhas do projeto é o modo como propõe o adensamento em torno dos eixos de transporte. “Adensar não é errado, mas fazê-lo de forma uniforme é querer tratar de forma igual coisas desiguais. Temos de estimular, primeiramente, os

lugares que necessitam adensamento, e não os eixos de transporte como um todo”, disse Matarazzo.

Para Ricardo Young (PPS), faltam estudos, principalmente ambientais, sobre o impacto que a construção de prédios mais altos pode provocar nas regiões próximas às vias de transporte. “Temos uma grande preocupação com a omissão do Plano Diretor em relação ao licenciamento e às análises de impacto ambiental”, afirmou o vereador, que votou a favor da lei.

PARA SAIR DO PAPEL

Várias das medidas do Plano Diretor, como a cota de solidariedade e o aumento do IPTU de terrenos ociosos, são autoaplicáveis e não precisam de regulamentação. Passaram a valer desde 31 de julho, quando a lei foi sancionada. Mas há desafios para a aplicação.

Um deles é o detalhamento de itens do PDE que dependem da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que

Destino do Minhocão

O Plano Diretor Estratégico estabeleceu o fim do Elevado Costa e Silva, o Minhocão, como via de tráfego para automóveis. O texto da lei não define prazos nem informa qual será o destino do elevado, que pode ser demolido ou transformado num parque (inteiramente ou em parte). Segundo o PDE, os prazos e a destinação precisarão ser definidos por uma “lei específica”. Atualmente, a Câmara analisa o Projeto de Lei 10/2014, de José Police Neto (PSD), Nabil Bonduki (PT), Toninho Vespoli (PSOL), Ricardo Young (PPS), Goulart (PSD), Natalini (PV), George Hato (PMDB) e Aurélio Nomura (PSDB), que prevê a transformação do Minhocão em parque, num prazo de quatro anos.

ENTREVISTA | Valter Caldana

Arquiteto e diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Como avalia o novo Plano Diretor?

Em linhas gerais, tem um saldo extremamente positivo. O maior de todos os avanços é indicar uma mudança no modelo de crescimento da cidade. Desde 1972, São Paulo adotou uma forma de urbanização dispersa, que dá a impressão de ser caótica, mas não é. Foi planejada para ser assim. É um modelo que entrou em colapso. Como é baseada no automóvel, a cidade cresce de maneira quase uniforme para os lados, ocupando todo o território.

Como o paulistano, tão preocupado com segurança, vai receber o modelo de uso misto e fachada ativa?

Muito rapidamente ele vai redescobrir os prazeres da cidade de uso misto. Foi esse o modelo de fortalecimento e crescimento de São Paulo. Existem bairros muito disputados, como Pinheiros e Vila Mariana, que trabalham muito com uso misto. O paulistano vai perceber que a fachada ativa e uso misto trazem mais segurança do que muros e porteiros mal treinados. Onde há movimento e circulação de pessoas, tem mais segurança.

define o zoneamento da cidade e deve ser discutida pela Câmara Municipal a partir do ano que vem. Falta também discutir os planos regionais, relativos a cada subprefeitura, e os planos de bairro. “Estamos abrindo um processo de debate da cidade”, conta Nabil Bonduki.

Por mais bem planejada que esteja no papel, a São Paulo de verdade não vai mudar apenas com a força

“*O PDE determina diretrizes para um crescimento coerente da cidade*”

Como o PDE pode resolver os problemas de São Paulo?

O Plano Diretor não resolve problema, mas determina diretrizes para um crescimento coerente da cidade. São a Lei de Uso e Ocupação do Solo, os planos regionais e, sobretudo, os planos de bairro que materializam as diretrizes. Os planos diretores podem ser peças técnicas brilhantes para ilustrar gavetas. Sozinhos não fazem a cidade.

O plano aponta para uma cidade mais democrática?

É o que deverá emergir. Uma cidade que resgate o dinamismo e a força de São Paulo. Se não resgatar agora, nosso século 21 vai ser uma catástrofe. São Paulo se fez no século 20 porque não teve barreiras. Foi a cidade das oportunidades. Nos últimos 40 anos começamos a apostar numa cidade excludente. Fomos contra nossa própria natureza.

de uma lei. Para existir no mundo real, as diretrizes do Plano Diretor Estratégico dependem de vontade política e da aplicação de recursos dos governos municipal, estadual e federal em questões como transporte coletivo e moradia. “Se não

conseguirmos colocar em prática as propostas, não adianta planejar”, reconhece o próprio relator do plano, Bonduki. Ou, como diz o também arquiteto e urbanista Valter Caldana: “Temos experiência de saber como os planos di-

retores podem ser peças técnicas brilhantes para ilustrar gavetas”.

SAIBA MAIS

Site

<http://planodiretor.camara.sp.gov.br>



Ricardo Rocha/OSP

HABITAÇÃO: O Plano visto por um líder dos sem-teto

e um representante de empresários da construção civil

Guilherme Boulos

Coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que acampou em frente à Câmara Municipal para pressionar pela aprovação do PDE



Marcelo Camargo/Abir

“

Conseguiu ouvir também os trabalhadores”

E as falhas?

O maior problema do plano foi ter deixado de enfrentar a segregação urbana. Os pobres vão sendo jogados cada vez mais para longe e no centro ficam os mais ricos. O PDE não construiu mecanismos para combater isso.

Que mecanismos poderiam ser esses?

A cota de solidariedade, na versão original, combatia a segregação, mas foi deformada. A proposta original era de que os empreendedores tivessem de repassar 10% da área de empreendimentos com mais de 20 mil m² para habitação popular, dentro do próprio empreendimento. Agora, o repasse pode ser feito em dinheiro. Esse recurso vai para a Prefeitura, que normalmente faz política habitacional na periferia, onde é mais barato. Com isso, a ideia de romper a segregação urbana foi deixada de lado.

Alguns vereadores reclamaram da pressão do MTST. O que acha?

Outras formas de pressão são feitas pelo mercado imobiliário, com cafezinho e tapinha nas costas, longe do público. A nossa é feita às claras.

Qual a avaliação do novo Plano Diretor?

O plano conseguiu ouvir, dessa vez, também os trabalhadores. Normalmente, as legislações são feitas ouvindo apenas os empresários, e, no caso dos planos diretores, apenas os empresários do setor imobiliário. Dessa vez, além dos personagens de sempre, houve uma pressão popular, que resultou em algumas medidas concretas: o aumento no número de Zeis, a cota de solidariedade e a autoaplicação de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade que enfrentam a especulação imobiliária, como o IPTU progressivo.

Claudio Bernardes

Presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (Secovi-SP)



Divulgação

“

Cabe ao empresário ser criativo para atender ao PDE”

Qual é sua avaliação do novo Plano Diretor?

É positiva, com viés de cautela. Tem uma espinha dorsal, o adensamento ao longo dos eixos para mitigar a questão da mobilidade, que eu acho importante. Tem questões que induzem à criação de tipologias imobiliárias. Isso gera um impacto para os empresários, que precisam entender como criar produtos palatáveis dentro dessas novas condições.

Como o mercado vai lidar com essas novidades?

Vamos ter que pensar em como será a aceitação pelos consumidores das tipologias com uso comercial no térreo, nova relação dos edifícios com a via, eliminando recuos e com áreas de fruição pública. O novo modelo precisa fazer interação com a via, mas com mecanismo de segurança.

O público paulistano é conservador?

É conservador, principalmente com o receio em relação à segurança. Mas cabe ao empresário ser criativo para disponibilizar um produto que atenda às exigências.

O plano estimula a produção de moradia para baixa renda?

O modelo proposto tira a iniciativa privada das habitações de interesse social. Elas só funcionam com subsídio cruzado, quando a renda vem de outro produto. Com o limite que obriga a construir 80% de habitações sociais em parte das Zeis, o subsídio é insuficiente para o empresário.

Qual será o impacto nos preços dos imóveis?

O PDE contribuiu para aumentar os preços, até pela necessidade de arrecadação do Município, que aumentou o valor da outorga onerosa. Ao mesmo tempo, existe um desestímulo para construir nas áreas fora dos eixos de transportes. O que a gente espera é ter área suficiente nos eixos para não provocar aumento nos preços por excesso de demanda. 



VEREADORES BANDEIRANTES • Fernão Dias e Raposo Tavares na pintura *Colonizadores da cidade de São Paulo*, de Clóvis Graciano, exposta na CMSP

Eles desbravavam o sertão e faziam leis

Alguns dos homens que lideraram bandeiras à procura de ouro e índios foram também vereadores de São Paulo

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Raposo Tavares e Fernão Dias foram bandeirantes notáveis, muito conhecidos, que ajudaram a povoar o Brasil e ampliar seus limites territoriais ao fundar vilas, em busca de ouro e pedras preciosas pelo País afora. Ambos dão nome a duas das mais importantes rodovias brasileiras. Ao mesmo tempo, praticavam atos violentos, matando ou escravizando índios. Por isso, são vistos como heróis por uns e bandidos por outros, ou uma mistura de ambos. Porém, há uma parte de sua biografia que ainda hoje é pouco comentada: eles e outros líderes de bandeiras foram vereadores da Câmara da capital paulista, então chamada Vila de São Paulo de Piratininga.

A relação entre a instituição e os sertanistas era conturbada. Em setembro de 1627, os vereadores pediram a prisão de Antônio Raposo Tavares, alegando que ele organizava uma expedição sem licença. O temor dos vereadores era que, com a saída de muitos homens, a vila ficasse desprotegida e fosse atacada por índios. As

atas da época, documentos muito utilizados pelos historiadores para estudar a Câmara, mostram que o “delinquente” Raposo Tavares deveria ser detido e, caso a ordem não pudesse ser cumprida, que lhe tomassem “a pólvora e o chumbo”.

Não foram encontrados registros de que tenha sido preso ou se sua munição foi confiscada. Assim, a expedição ocorreu e, em maio de 1629, Raposo Tavares e sua bandeira voltaram a São Paulo com centenas de índios escravizados, tornando-o um homem admirado. Em 1º de janeiro de 1633, foi eleito juiz ordinário da vila, cargo hoje equivalente ao de presidente da Câmara.

Outro bandeirante que teve problemas com a Câmara foi Manuel Alves Preto. Em 1628, ele organizou uma grande bandeira rumo à região do Guairá, um antigo território espanhol a oeste do atual Estado do Paraná, para destruir missões dos jesuítas. Voltou a São Paulo com centenas de índios escravizados e foi acusado pelos padres jesuítas de ser violento demais.



Por isso, não pôde assumir o cargo de vereador, para o qual tinha sido eleito. Manuel Preto era dono de fazenda na Freguesia do Ó e explorava uma mina de ouro no Morro do Jaraguá, na zona oeste da cidade. O chefe do Arquivo da Câmara

Municipal de São Paulo (CMSP), historiador Ubirajara de Farias Prestes Filho, conta que os condutores das bandeiras adquiriam destaque na vila paulista, e isso os credenciava a assumir funções na administração local.

Na ata da Câmara de 1º de fevereiro de 1681, há o registro de que um vereador pediu para ser substituído no cargo para “buscar remédio no sertão, o trato ordinário desta terra”. Prestes Filho explica que as expressões “buscar remédio no sertão” e



HISTORIADOR • “O protagonismo indígena precisa ser ressaltado”, diz Prestes Filho

A trajetória de Dias, conhecido como Caçador de Esmeraldas, voltou a cruzar com a da Câmara em 1681, em um dos enganos mais famosos da história do País. Seu filho, Garcia Rodrigues Paes, levou 47 pedras para os vereadores e afirmou serem esmeraldas. Ele fez questão de ressaltar a honestidade da família e garantiu que muitas

“buscar remédio para a pobreza” apareciam frequentemente nos documentos do período colonial para indicar a busca por índios, chamados de negros da terra, para escravizá-los.

No livro *Viagem pela História do Brasil*, o historiador Jorge Caldeira esclarece que um dos segredos da eficiência dos bandeirantes era conhecer a natureza e os costumes indígenas. Quase todos eram mamelucos (filhos de indígenas com europeus) e casados com índias. A língua mais falada por eles era a geral (índigena). Segundo Caldeira, a união das ambições europeias com os costumes locais criou um novo tipo: o sertanista.

FALSAS ESMERALDAS

Fernão Dias Paes foi vereador de São Paulo em 1651, e anos antes também teve de dar satisfação à Câmara. Em ata de 2 de setembro de 1623, está registrada uma ordem para que ele explicasse por que pretendia formar uma bandeira. No documento, consta que “o procurador do Conselho foi informado que Fernão Dias, capitão dos índios, queria ir ao sertão e levar consigo alguns moradores, o que era um grande prejuízo deste povo, por haver pouca gente”.

A polêmica de “ouro, índios e diamantes”

Ainda hoje, mais de dois séculos após as últimas bandeiras, a questão da escravidão indígena causa polêmica na Câmara Municipal de São Paulo. No Auditório Freitas Nobre, localizado na área externa do Palácio Anchieta, sede da CMSP, há uma placa em homenagem aos prefeitos Francisco Prestes Maia e José Vicente de Faria Lima. Fixado em 7 de setembro de 1969, inauguração do Palácio, o objeto traz a frase “Floresceu outrora, às margens do Anhembi, sob a égide de São Paulo Apóstolo a Vila de Anchieta e Nóbrega. Cresceu, expandiu-se à mercê dos aventureiros bandeirantes à busca do ouro, índios e diamantes, dilatou as fronteiras da pátria”. Para alguns, a palavra “índios” aparecer entre “ouro” e “diamante” põe os indígenas como bem material.

Por isso, em 2002 o vereador Nabil Bonduki (PT) apresentou o projeto de resolução (PR) 12/2002, solicitando a retirada da frase da placa. Na justificativa, o parlamentar afirma que a Câmara não deveria enaltecer a ação dos bandeirantes que saíam à busca dos povos indígenas com o intuito de escravizá-los, tratando-os como mercadoria. “É inaceitável que uma instituição que acolhe e representa o povo mantenha uma inscrição que perpetua visão preconceituosa contra os povos oprimidos, que estão nas raízes de nossa formação étnica e cultural”, afirma Bonduki.

O projeto foi arquivado por mudança de legislatura (os quatro anos de mandato de um vereador), mas Bonduki informou que vai reapresentá-lo. “Não é correto a Câmara mostrar uma frase que trata os índios de forma pejorativa”, declarou.

HISTÓRIA

CARTÃO POSTAL

O Monumento às bandeiras, de Victor Brecheret, fica no Parque do Ibirapuera e é um dos símbolos de São Paulo



pedras haviam sido entregues ao administrador da Coroa para serem enviadas ao rei. As “joias”, que todos pensaram ser esmeraldas, não passavam de turmalinas, sem valor comercial na época. Fernão Dias havia morrido meses antes, às margens do Rio das Velhas, em Minas Gerais, certo de que havia realizado o grande sonho de encontrar pedras preciosas.

Outros sertanistas também foram vereadores na Vila de São Paulo. Entre eles, Simão Jorge, primeiro presidente da Câmara em 1563; Afonso Sardinha, o Velho, juiz ordinário em 1587; Baltazar de Godoi; Pedro Taques, que também foi secretário do governador-geral dom Francisco de Souza; e Pedro Vaz de Barros, governador da Capitania de São Vicente em 1603.

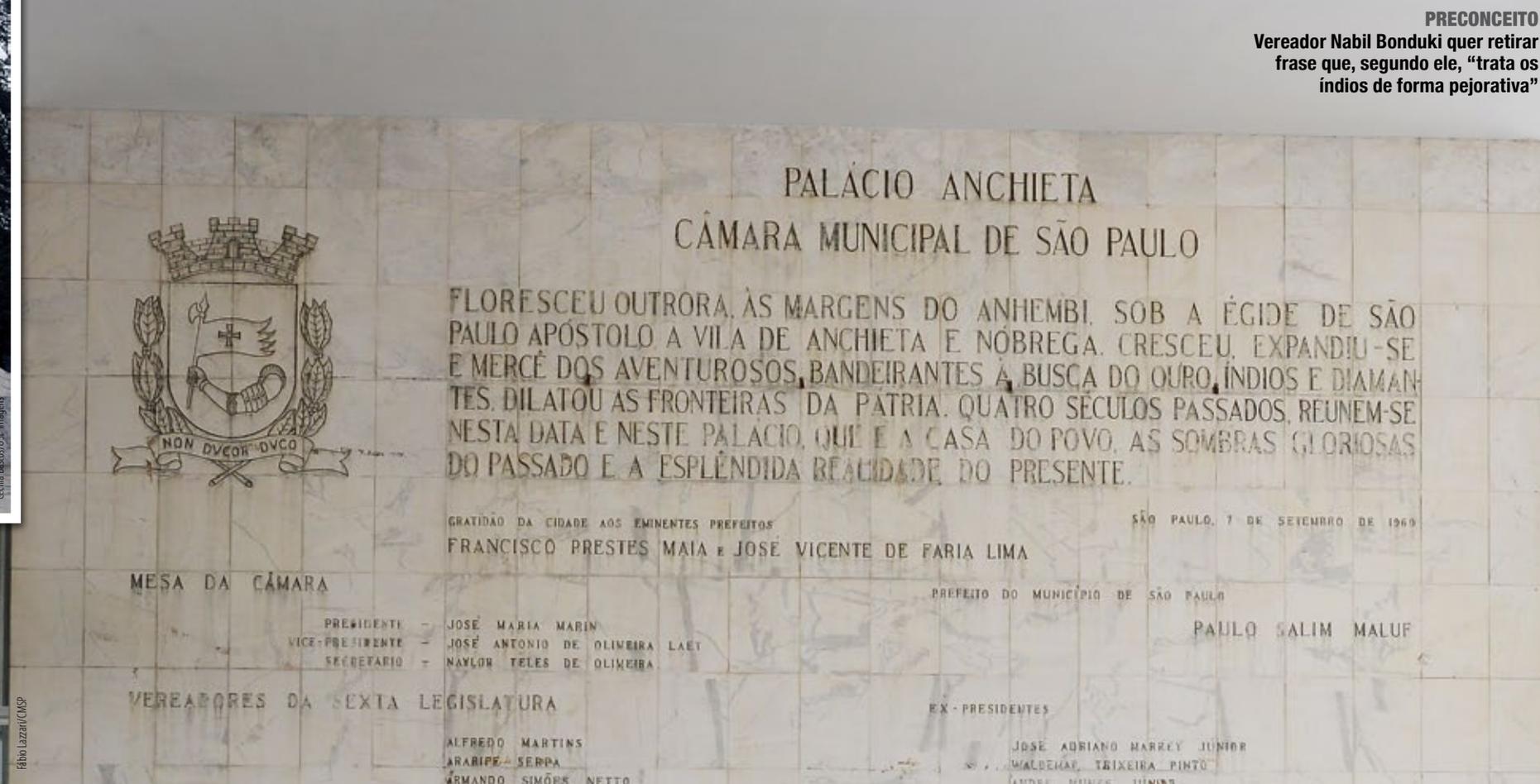
PODER TOTAL

No período das bandeiras (séculos 16, 17 e 18), a Câmara desempenhava o papel dos três Poderes atuais (Executivo, Legislativo e Judiciário). Os vereadores faziam as leis, execu-

tavam e julgavam e prendiam quem as desrespeitasse. Como a Vila de São Paulo passava anos sem receber a visita de um governador-geral ou capitão-mor, representantes do rei de Portugal (autoridade máxima também no Brasil), a Câmara tinha muita autonomia.

De acordo com um levantamento do Arquivo Municipal Washington Luís, as obrigações da Câmara de São Paulo incluíam: cuidar dos muros que defendiam a vila contra os ataques dos índios, zelar pelas fontes e caminhos públicos, contratar e fiscalizar obras, garantir a limpeza pública, fiscalizar a qualidade e o peso dos alimentos vendidos, regular profissões como a de padeiros e ferreiros, conceder terras, cuidar da cadeia, nomear carcereiros e cobrar impostos, entre outras. Enfim, era a responsável pelo bem-estar de todos.

Para chegar a vereador naquela época, era necessário ser um “homem bom”, ou seja, proprietário de terra considerado nobre mais por viver como tal do que por ter algum título de nobreza. Se-



PRECONCEITO

Vereador Nabil Bonduki quer retirar frase que, segundo ele, “trata os índios de forma pejorativa”



HOMENAGEM
O quadro *A partida dos bandeirantes*, também de Clóvis Graciano, está no Salão Nobre da CMSP

Antônio Raposo Tavares
(1598-1658)

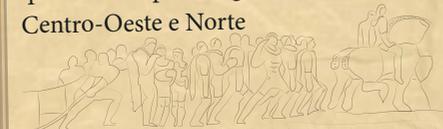
Vereador em 1633

Bandeiras das quais participou:

Guerra do Guairá
Bandeira de Limites

Principal feito:

Em 1648, partiu de São Paulo com 1.200 homens e percorreu mais de 10 mil quilômetros pelas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte



Raposo Tavares

Fernão Dias Paes
(1608-1681)

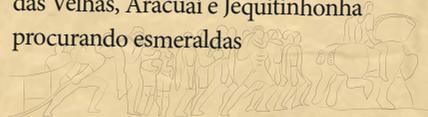
Vereador em 1651

Bandeiras das quais participou:

Expedição contra os Sete Povos das Missões
Bandeira das Esmeraldas

Principal feito:

A partir de 1674, liderou a Bandeira das Esmeraldas, que por sete anos explorou os vales dos rios das Mortes, Paraopeba, das Velhas, Aracuai e Jequitinhonha procurando esmeraldas



Fernão Dias

Segundo o historiador Prestes Filho, no livro *Câmara Municipal de São Paulo: 450 de História*, “viver como nobre envolvia ter serviçais e saber exibir certa distinção nas maneiras”. Nessa categoria não eram incluídos índios, negros, judeus e

aqueles que realizavam trabalhos braçais. Assim, era comum um bandeirante também ser vereador.

REPUTAÇÃO

A fama dos bandeirantes, também chamados de paulistas, espalhou-se

por todo o território da colônia. Em 1673, o governo da Bahia contratou alguns deles para defender os colonos contra os índios gueréns. O pagamento seriam os prisioneiros escravizados. Como líder da expedição, João Amaro Maciel Parente

derrotou os gueréns e centenas de índios tornaram-se escravos.

Dez anos mais tarde surgiu outra grande tarefa. Índios de várias tribos se uniram na Confederação dos Cariris para atacar os fazendeiros de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, na chamada Guerra dos Bárbaros. Após o fracasso nos primeiros

combates, o governador de Pernambuco, Matias da Cunha, enviou uma carta na qual afirmava que “só o grande valor dos paulistas poderia conseguir ali o mesmo que, com tanta glória, alcançaram na Bahia”. Foram organizadas cinco bandeiras. O líder Matias Cardoso foi para o Ceará e Rio Grande do Norte; Jorge Velho para a Paraíba; Manuel de Mora-

es para Pernambuco; e João Amaro Maciel Parente para o Maranhão. Os bandeirantes venceram, mas como poucos índios sobreviveram, o número de escravos não foi grande. Assim, o pagamento foi feito com terras, e muitos paulistas se tornaram fazendeiros no Nordeste.

Outro sertanista de destaque na história do Brasil foi Domingos Jorge Velho, contratado pelo governo de Pernambuco para acabar com o Quilombo dos Palmares, no interior de Alagoas. Em 1694, os negros foram derrotados e seu líder, Zumbi, degolado. Apesar da vitória, Jorge Velho deixou uma impressão ruim entre os pernambucanos. “Trata-se de um dos maiores selvagens com quem topei”, afirmou o bispo do Recife, d. Francisco de Lima. O governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, qualificou os bandeirantes como “gente bárbara, que vive do que rouba”. Esses sertanistas não foram eleitos vereadores, mas conquistaram grande poder onde se estabeleceram.

Heróis ou assassinos?

Nos últimos 150 anos, a imagem que se tem dos bandeirantes vem sofrendo grande mudança. De sertanistas com qualidades e defeitos, como eram vistos por seus contemporâneos no final do século 19, passaram a ser considerados gigantes que construíram o País. Mas, a partir da década de 1930, os sertanistas começaram a ser cada vez mais rotulados como assassinos de tribos. Nos últimos anos, os pesquisadores procuram uma visão mais equilibrada, contextualizando-os no Brasil colônia.

A construção do mito começou na segunda metade do século 19, quando a cidade de São Paulo iniciou a ampliação de sua importância econômica. As elites precisavam legitimar sua posição frente às outras Províncias. Segundo o historiador da CMSP, Ubirajara de Farias Prestes Filho, “essa legitimação inclui buscar no passado a semente de seu crescimento atual, o que justificaria a vocação paulista para conduzir não apenas a Província, mas também o resto do País”.

Prestes Filho diz que as pesquisas históricas da época, bastante tendenciosas e ideologizadas, criaram a ideia do bandeirante corajoso, de origem nobre, responsável pela criação do território nacional. Anos depois, viraram bandidos que, quando não matavam, escravizavam.

O historiador afirma que a concepção idealizada e a demonizada precisam ser repensadas. “As pesquisas precisam ver os bandeirantes como personagens de seu tempo, para tentar entendê-los dentro do contexto”. Ele ainda chama a atenção para o fato de que, atualmente, além dos sertanistas os indígenas também são considerados atores sociais: “Eles resistiam, negociavam, usavam estratégias de sobrevivência na sociedade colonial. Esse protagonismo precisa ser ressaltado”.

SAIBA MAIS

Livro

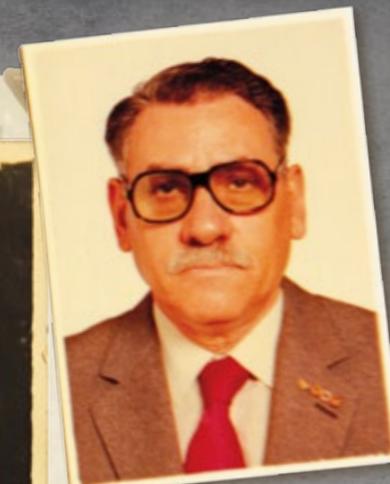
Câmara Municipal de São Paulo: 450 anos de História. Ubirajara de Farias Prestes Filho. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

Disponível em www.camara.sp.gov.br

Câmara Municipal de São Paulo: 1560-1998 – Quatro Séculos de História. Délio Freire dos Santos e José Eduardo Ramos. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo. John Manuel Monteiro. Companhia das Letras, 1994.

História do Brasil. Eduardo Bueno. Publifolha, 1997.



Luta de foice, martelo e palavras

REGISTROS
Donoso, no centro como militar, ao lado de um irmão mais novo, e em diversos momentos da vida

Impedido de assumir como vereador por ser comunista, Antonio Donoso Vidal foi preso e torturado por defender os direitos de mulheres, crianças e operários

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Ainda com marcas da adolescência no rosto, o policial Antonio Donoso Vidal andava pelas ruas da São Paulo em 1933 quando se deparou com uma propaganda do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em defesa dos direitos das mulheres e das crianças. O apelo foi irresistível para o jovem, inconformado com o sofrimento da mãe, Joana Mechuca Barrocal, uma imigrante

espanhola que trabalhava em uma fábrica por mais de 12 horas ao dia e ainda cuidava de nove filhos.

Naquele mesmo dia filiou-se ao Partidão, como o PCB era conhecido. Passou a integrar a cúpula e defendeu a sigla até o final da vida, quando já se considerava “meio homem”, desgastado pela série de torturas sofridas durante dois regimes ditatoriais, que lhe destruí-

ram os dentes do lado direito. Um coágulo no cérebro, que o levou à precoce aposentadoria por invalidez, Donoso acreditava ter adquirido em 1937, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Naquele ano, escapou por pouco de ter o crânio esmagado a coronhadas no presídio político Maria Zélia, onde 24 companheiros foram mortos (veja box na pág. 40).

As causas feminina e operária, que levaram Donoso ao PCB, permearam toda sua vida política. Enquanto morou na Rua Caeta-

no Pinto, reduto de imigrantes no Brás, era especialmente querido pelas mulheres. “Meu pai as defendia sempre e, por isso, toda vez que os policiais iam até lá para prendê-lo, elas viravam até o carro da polícia e o escondiam dentro do forno a lenha”, conta Sonia Olga Coletti Donoso de Barros, filha do comunista.

Antes de integrar o Partidão, mentiu a idade para ser aceito na Força Pública do Estado de São Paulo (a Polícia Militar da época), aos 16 anos. Rapidamente tornou-se cabo, patente superior à do pai,

Francisco Donoso Vidal, um soldado raso. Depois disso, na primeira vez que viu Francisco bater na mãe, ameaçou prendê-lo.

A frequente violência contra a “madre”, que nunca mais se repetiria, explica parte da fúria com que Donoso a defendia. Certa vez, um jornalista aposentado de *O Estado de S. Paulo* encontrou Sonia na rua e a reconheceu: “Assisti a seu pai arrebenatar uma delegacia inteira porque xingaram sua avó”. Esse era um dos poucos assuntos capazes de tirar a calma do comunista.

PERFIL | Donoso Vidal

Donoso usou os conhecimentos militares também em prol da militância, ao integrar o Comitê Regional Militar do partido comunista. Além disso, participou como voluntário na Revolução Constitucionalista de 1932. “Ele entrou na Força Pública para defender a pátria, a comunidade e os ideais dele, que surgiram por conta (das dificuldades) da mãe. Ele não se via como um pau mandado do governo”, explica o advogado Renato de Barros, o neto com quem Donoso mais conviveu.

“FOI O POVÃO QUE FEZ”

Chefe do Comitê Popular do Brás do PCB, Donoso foi o candidato a vereador dos imigrantes do bairro, em 1947. “Foi bonito”, diz Sonia sobre a campanha do pai. A advogada conta que os



PERCURSO DE UM REVOLUCIONÁRIO

15/11/1915 - Nasce em São Paulo

1931 - Alista-se como voluntário na Força Pública do Estado de São Paulo

1932 - Participa da Revolução Constitucionalista

1933 - Entra para o PCB

1936 - Preso pela primeira vez, é levado ao Maria Zélia, onde é seriamente ferido

1944 - Casa-se com Ida Colletti Donoso

1946 - Com a cassação do registro do PCB, entra para o PST para se candidatar a vereador

1947 - Eleito para a CMSP com 4.198 votos, foi impedido de tomar posse

1950 - Candidato derrotado a deputado estadual

1964 - Exila-se no Paraguai

3/9/1987 - Morre em São Paulo

9/5/2014 - Tem o mandato restituído simbolicamente pela CMSP

Álbum de família

1 - Em 1949, no enterro da mãe de Donoso, a imigrante espanhola Joana, colegas do partido compareceram em peso

2 - Donoso (à direita) no segundo casamento da filha Sonia (ao centro), em 1982: “Seu casamento não deu certo? Case uma, cinco, sete vezes. Quantas quiser”

3 - Nos anos 70, ia todas as manhãs ao parque do Museu do Ipiranga com o neto e outras crianças. Com isso, espantou os usuários de drogas e estimulou as mães a frequentarem o local

4 - Lembrancinha de aniversário do filho mais velho, cujo nome é homenagem ao líder soviético Josef Stalin

5 - Com o neto Renato, nascido em 1972, montou pela primeira vez uma árvore de Natal em família. Até então, a intensa atividade política dificultava a convivência com os familiares

6 - Com o primogênito, Carlos, e a esposa, Ida, em 1947, no cortiço em que morava quando foi candidato a vereador

7 - Para brincar carnaval, Donoso fantasiou de russo o filho Carlos Stalin, na foto ao lado de Sonia Olga



moradores que viviam na mesma rua em que a família, a Caetano Pinto, montaram cada detalhe da divulgação. “Foi o povão mesmo que fez, inclusive o caminhãozinho da propaganda política”. Donoso foi muito bem votado para a época, com 4.198 votos. No mesmo ano, Jânio Quadros chegou à Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) com apenas 1.707 votos.

Com o apelido de “Danoso”, o comunista era descrito pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops) como uma figura antiga e de “projeção na direção do PCB em São Paulo”. Era ele quem abria vários dos discursos de Luís Carlos Prestes, líder do Partidão, que mantinha



OFÍCIOS
Alguns dos seus trabalhos dentro e fora do partido

CAMPANHA
Santinho usado nas eleições de 1947



um estreito contato com sua família. “Eu ficava no colo do Prestes e, quando ele falava com meu pai, eu o imitava. Meu pai dizia que era para pôr esparadrapo na minha boca, até que um dia meu irmão colocou”, lembra Sonia, cujo segundo nome homenageia a militante Olga Benário, primeira esposa de Prestes.

Donoso foi um dos 15 vereadores eleitos em 1947 e impedidos de assumir, acusados de serem comunistas. Naquele ano, 33 candidatos foram identificados como “populares” e monitorados pela polícia política. Como o PCB havia sido cassado, seus filiados concorreram pelo Partido Social Trabalhista (PST), mas em 31 de dezembro o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) considerou inválidos os registros na sigla feitos no Estado de São Paulo.

O cerco aos candidatos comunistas já havia se fechado antes das eleições de 9 de novembro de 1947. Na reta final da campanha, no dia 7, Donoso foi preso por portar armas proibidas, segundo prontuário da Delegacia de Ordem Social. “Ele nunca usou arma”, afirma o neto. “Meu avô dizia que o intelectual resolve as coisas com palavras, na diplomacia, e não pela força”, relembra Renato de Barros.

No dia 1º de janeiro de 1948, Donoso e outros cem companheiros se reuniram em frente ao prédio da Prefeitura, onde os 45 vereadores eleitos seriam empossados. Policiais infiltrados registraram toda a movimentação do grupo, para impedir que os cassados entrassem no recinto.

Daquela data em diante, o cerco policial seria uma constante na vida de Donoso, descrito pela polícia como chefe da “tropa de choque” e elemento de evidência na agitação promovida pelo PCB. “Na ditadura militar, ficava uma viatura do Dops na frente de casa. Depois a da Polícia Federal, até 1970 e pouco”, conta Sonia.

HERANÇA MALVISTA

Tanto quanto a vigilância, continuava intensa a militância de Donoso. Em 1948, chefiava um movimento operário metalúrgico em nove fábricas. Uma anotação da polícia em 1953 mostra que, no Comitê Popular da Lapa, o “famigerado agitador comunista” articulava o retorno do PCB e incitava greves operárias. Em 1959, prestava assistência ao movimento grevista de aeroviários. Além disso, por mais de uma década foi agente de publicidade e gerente comercial do jornal *Notícias de Hoje*, pertencente ao partido, e diretor da Gráfica Hoje. “Para manter o jornal, ele arrecadava dinheiro com artistas como Mário Lago”, revela a filha.

Com tantos afazeres, sobrou pouco tempo para os estudos. “Meu avô fez pós-graduação na prisão, no sentido de aprender mesmo, com o topo da intelectualidade”, conta Renato. De 1936 a 1953, a atividade política de Donoso havia lhe rendido cinco prisões, somente entre as registradas pelo Dops. A filha Sonia, nascida em 1949, lembra que ele “vivía preso”. Quando era enquadrado, ela era levada à casa de outros militantes para evitar que fosse violentada pelos policiais. Ida, com quem Donoso se casou em 1944, ficava em casa com o filho mais velho, Carlos Stalin, e o caçula Vlademir Diógenes – cujos nomes homenageiam Josef Stalin e Vladimir Lenin, líderes soviéticos.

Em 1961, Donoso deixou a cúpula do PCB, segundo informações da família. Mesmo assim seus filhos continuaram sofrendo devido às suas escolhas. Nos anos 70, Sonia era uma novata no curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), em São Paulo, quando recebeu ameaça do professor de Sociologia: “Eu sei muito bem quem é o seu pai, o que ele faz, e você nunca vai passar na minha matéria”. Acusou-a, na frente dos demais

HISTÓRIA

A filha e o neto em frente à placa que registra Donoso como ex-vereador. Ao lado, o diploma recebido antes da cassação



Massacre do Maria Zélia

Tentativa de fuga quase põe fim à vida de Donoso

Em 1936, quando o País era presidido por Getúlio Vargas, ocorreu a primeira das várias prisões políticas do vereador cassado Antonio Donoso Vidal. A quatro dias do Natal, a Delegacia de Ordem Política o deteve e o levou ao presídio Maria Zélia, na zona leste de São Paulo, onde ficou quatro meses encarcerado e chegou bem perto da morte.

Sob a acusação de ser comunista, Donoso esteve preso com outros companheiros, alguns deles intelectuais como o historiador e filósofo Caio Prado Junior, então presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de São Paulo, e o jornalista Fúlvio Abramo, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Centro de Estudos do Movimento Operário Mário Pedrosa (Cemap).

A concentração de gente tão gabaritada transformou a prisão na “Universidade Popular Maria Zélia”. Após o almoço e o jantar, cerca de dez detentos davam aulas aos demais sobre sindicalismo, história do movimento comunista, teoria e economia política, antropologia e inglês, entre outras disciplinas. Donoso, que havia sido treinador físico na Força Pública, dava aula de educação física. O esforço coletivo unia lados conflitantes da luta comunista e ampliava a consciência revolucionária do grupo.

Se a união entre os presos aumentava, também crescia a insatisfação com o autoritarismo e os métodos “eventualmente brutais” da dire-

ção do presídio. A falta de perspectiva de libertação para alguns presos, que sequer tinham culpa, “servia de fermento ao desejo de fuga”, dizem os historiadores Dainis Karepovs e Régis Leme no artigo *Maria Zélia, um presídio político na época de Vargas*, publicado em 1985 nos *Cadernos Cemap*. “A comida era péssima, eles estavam enfraquecidos”, conta Sonia Olga de Barros, filha de Donoso, lembrando-se dos relatos do pai.

Na madrugada de 21 para 22 de abril de 1937, uma tentativa de fuga de 26 presos serviu de pretexto para uma chacina. O artigo do Cemap, que se baseia no depoimento de ex-presos e em publicações da época, conta que houve espancamento e fuzilamento de detentos já rendidos, “uma orgia de sangue”. Antonio Donoso Vidal, assim como os demais componentes do grupo trucidado, “ali caíram, enfileirados, à mercê dos ‘mantenedores da ordem’”.

“A rajada foi disparada a sete metros de distância, pelas costas”, descreveu Donoso, segun-

do o artigo. Sua mãe, a imigrante espanhola Joana Mechuca Barrocal, chegou a receber as roupas do filho com marcas de tiro, como se ele estivesse morto. “Minha avó foi falar com os deputados de São Paulo, jogou para eles a roupa ensanguentada, queria saber onde estava o ‘filho dela’”, conta Sonia Olga.

Na verdade, Donoso e o companheiro Oscar Reis escaparam

por pouco de ter o crânio esmagado a coronhadas pelo corpulento sargento Gregório Kovalenko. Quando o preso recebia os primeiros golpes, as ambulâncias entraram para levar os sobreviventes ao hospital da Força Pública. Os outros detentos derrubados pelos disparos não tiveram a mesma sorte. Em uma carta guardada pela filha, o comunista culpa a violên-

cia sofrida no “massacre político” pela sua aposentadoria, por invalidez, aos 53 anos.

Depois do episódio, Donoso e seus companheiros passaram a visitar o cemitério todo dia 21 de abril, para homenagear os colegas mortos. “Ser comunista, naquela época, era um estado de espírito. Eles queriam mudar o mundo”, diz Sonia.



Arquivo Público do Estado de São Paulo

alunos, de integrar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização de luta armada contra o regime militar que a jovem nem conhecia. Sem contar ao pai sobre a violência sofrida, desistiu do curso. Pouco depois, já com o sobrenome do marido, entrou na faculdade de Direito na Universidade de São Paulo (USP) e não teve mais problemas.

O irmão mais velho de Sonia, nascido Carlos Stalin Coletti Donoso Vidal, aos 18 anos livrou-se dos nomes mais problemáticos, Stalin e Donoso, pensando em ter uma vida menos conturbada. Fez carreira e virou um executivo bem-sucedido,

sem que o pai jamais questionasse suas escolhas. Desprovido de clichês anti-imperialistas, Donoso permitiu que o primogênito levasse Sonia para um mês de estudos nos Estados Unidos em 1968: “É bom mesmo, você é muito provinciana”. Ensinava a filha a nunca se sentir inferiorizada perante um homem, a tomar sozinha as decisões sobre sua vida e seu corpo. “Seu casamento não dá certo? Não tem problema. Você casa uma, cinco, sete vezes. Quantas quiser para ser feliz. Você é dona da sua vida”, dizia.

Carinhoso com os três filhos, Donoso não se lamentava pelos ru-

mos e ideais políticos: “Só me arrependo de ter casado e arrastado vocês para essa vida”, costumava dizer aos familiares.

JUSTIÇA TARDIA

No dia 9 de maio de 2014, a CMSP restituiu simbolicamente o mandato de vereador de Antonio Donoso Vidal. A família se diz satisfeita com a homenagem, mas fala em ir “mais fundo”. Renato de Barros e Sonia buscam na Justiça a reintegração de Donoso à Força Pública em seu último cargo, com as respectivas indenizações.

Oficialmente, ele foi expulso da polícia em janeiro de 1937 por “incapacidade moral”. Porém, no fim de 1936 ele havia sido levado ao presídio Maria Zélia por confessar sua militância no PCB e as atividades de agitação e propaganda feitas no quartel, sob o pseudônimo de Volga. Chegou a sargento, mas sua documentação militar foi toda destruída pelo governo, restando somente o cartão de alistamento como cabo.

Até o momento, a passagem de Donoso pela polícia foi eternizada com a preservação de seus restos mortais no Obelisco Mausoléu, no Parque Ibirapuera, onde também estão os corpos de outros ex-combatentes da Revolução de 1932.

Os familiares ainda querem o ressarcimento do salário e dos benefícios não entregues devido à cassação do mandato de vereador. De acordo com Renato, “isso seria o governo brasileiro devolver a meu avô a dignidade completa”. 

HONRA

Família recebe a restituição simbólica do mandato de Donoso pela Câmara. Processo contemplou outros 41 vereadores cassados por ações antidemocráticas



Mozart Gomes/CMSP

OPINE E ACESSO CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

 /RevistaApartes  @RevistaApartes



WEB JORNAL

Câmara de São Paulo

-  Informações sobre o Legislativo >
-  Prestação de serviços >
-  Entrevistas >
-  A voz do cidadão e muito mais >

De segunda a sexta, das 13h30 às 14h

Sintonize no portal
www.camara.sp.gov.br

Coordenação: Flavio Munhoz
Apresentação: Margarete Rapussi e Elder Ferrari
Edição: Carlos Maglio
Produção: Benê Correa



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



Plano Municipal de Educação

ONDE QUEREMOS CHEGAR NOS PRÓXIMOS 10 ANOS?

Esta é a questão que a Câmara dos Vereadores vai responder com a sua ajuda no **Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo - PME**

O PME estabelece metas educacionais a serem atingidas pelo Poder Público nos próximos 10 anos. Por meio da valorização dos profissionais da educação, da gestão compartilhada, participativa e democrática da educação, o plano visa à qualidade, inclusão e acessibilidade à educação infantil, ensino fundamental, médio, profissionalizante, bem como à educação de jovens e adultos e ao ensino superior na cidade de São Paulo.

O PME está em debate na Câmara Municipal de São Paulo e você não pode ficar fora desta discussão.

Participe das Audiências Públicas



Sábados, das 9h às 12h, até 27 de Setembro
Local: Câmara Municipal de São Paulo



www.camara.sp.gov.br



/camarasaopaulo



@camarasaopaulo



Ouvidoria
 Câmara Municipal de São Paulo
 0800 322 4272



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES